



MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

Recurso Concorrência nº 01/2023 - Empresa VETORIAL

PROCESSO 584/2024



C3E9D588F848A142

TIPO DE PROCESSO: Memorando / Solicitações

ASSUNTO: Outras Solicitações

ABERTURA: 15 de janeiro de 2024 às 11:50

SIGNATÁRIO Divisão de Licitação

Acesse o link abaixo para consultar o processo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/processos/C3E9D588F848A142>

**De: Divisão de Licitação**

Enviado por: RÉGIS SILVEIRA DA SILVA (regis.silva)

Para: Setor de Protocolo**Data: 15 de janeiro de 2024 às 11:50**

Anexei Recurso da Empresa Vetorial Serviços Técnicos Ltda referente à Concorrência nº 01/2023 apresentada de forma tempestiva no dia 22 de dezembro de 2023 e encaminhada via e-mail às empresas, conforme anexo. Informo que o período de manifestação de contrarrazões findou dia 12 de janeiro de 2023 às 23:59:59, vá ao protocolo para informar se foi protocolado algum processo de contrarrazão referente à concorrência informada e após, retorne.

**Régis Silveira da Silva**

Chefe da Divisão de Licitação

Matrícula: 3266

☎ (24) 2224-1552

✉ admlicitriopreto@gmail.com

**Prefeitura Municipal de
São José do Vale do Rio Preto**

Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro

**Anexo(s)**

RECURSO VETORIAL.pdf

Gmail - RECURSO - Concorrência nº 01_2023.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÃO.

A/C Sra. Presidente

Ref.: RECURSO CONTRA A DECISÃO DA ANÁLISE DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA
VETORIAL no certame do EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023.

Concorrência Pública 001/2023, **cujo objeto é** a REFORMA E CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA EM CAMBOATÁ (CIEP), no Município de São José do Vale do Rio Preto - RJ.

Pela presente, na forma da Lei, **Vetorial Serviços Técnicos Ltda**, empresa com CNPJ nº 31.548.811/0001-55, com sede na Estrada Francisco da Cruz Nunes, 836, sala 115 Piratininga, Niterói – RJ, representada neste ato pela Administradora Pollyana Moreira Dias, CPF sob nº 010.700.161-60, brasileira, casada, vem interpor, no prazo legal, o presente **RECURSO**, pelos motivos expostos abaixo:

Para apreciação pela instância administrativa competente, que em apreciando as razões desta peça de insurreição, haverá por bem **HABILITAR** a empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, pois atendeu à todas as exigências do Edital referido e da Lei 8666/93, que rege as Licitações, conforme provaremos a seguir.

TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

A presente peça de inconformismo mostra-se tempestiva, na medida em que foi emitida a ATA de reunião para abertura e julgamento do envelope de habilitação no dia 14/12/2023, e considerando que o Edital nos concede o prazo para recurso de 05 (cinco) dias úteis após a publicação oficial do resultado da análise das propostas de preço. Assim, conforme previsto as licitantes teriam o **prazo legal até 21/12/2023 para interposição de recursos.**

DOS FATOS

Na sessão, após análise do representante do setor técnico da secretaria de planejamento e gestão, declarou a inabilitação na qualificação técnica. Alegou, o mesmo, que não foram apresentados os atestados de capacidade técnica dos profissionais responsáveis técnicos vinculado ao quadro da empresa junto ao órgão da classe (CREA) e que não apresentamos comprovação de vínculo profissional formal dos representantes técnicos. Baseando-se nos itens 4.1.1.1.10.2 e 4.1.1.1.10.4.1 do edital.

O representante da Vetorial informou que sobre a Sônia havia contrato de prestação de serviços junto à empresa assinado e com firmas reconhecidas. Contrato este autenticado durante o certame pela comissão e, com isso, já demonstrado o vínculo formal. Já os técnicos do quadro estavam em certidão do CREA contante no envelope A. Por isto, por si só, não haveria justificativas para a inabilitação do certame.

Após análise, aberto espaço para manifestação dos licitantes sobre recursos, a empresa que fora inabilitada por não ter apresentado atestado de capacidade técnica dos profissionais vinculados referente às instalações de incêndio (CONSTRUTORA MICA RIO LTDA), declarou que a empresa Vetorial apresentou atestados não averbados no CREA. Aproveitamos para reforçar que os atestados profissionais da Sônia são eletrônicos e sim, estão averbados.

DOS FUNDAMENTOS

Primeiramente salientamos que os princípios que regem os procedimentos licitatórios são o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, **DA SEGURANÇA JURÍDICA, DA RAZOABILIDADE, DA COMPETITIVIDADE, DA PROPORCIONALIDADE, DA CELERIDADE**, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#)

Dito isto, como nessa fase ainda não há qualquer confirmação da possível contratação, as exigências previstas no edital devem se restringir a comprovações mínimas de que o interessado tem condições de ofertar o bem ou serviço, sem trazer exigências desarrazoadas que frustrem a participação do maior número de interessados possíveis.

Da interpretação literal do referido dispositivo, pode se chegar ao entendimento equivocado de que já na fase de habilitação, onde não há qualquer confirmação da contratação, o interessado já tenha que possuir profissional vinculado ao seu quadro de funcionários e que inclusive já esteja vinculado à empresa como responsável técnico perante conselho profissional, para que possa incluí-lo como integrante da equipe técnica indicada para a potencial prestação do serviço.

Tal interpretação, no entanto, é manifestamente equivocada, pois significaria dizer que, antes mesmo de ser divulgado o resultado da licitação, os interessados já precisariam contratar e pagar antecipadamente por um profissional, além de providenciar a inclusão de tal profissional como responsável técnico perante o conselho profissional, antecipando todos os custos financeiros decorrentes da potencial contratação, sem qualquer garantia da efetiva contratação.

O referido dispositivo, o qual foi baseado para a inabilitação da empresa no certame, traz confusão quanto à obrigatoriedade de que o profissional já possua vínculo com a mesma antes

mesmo da assinatura do contrato. Com o advento da nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021), em seu artigo 67, inciso I, passou a exigir apenas a “*apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente(...)*”, retirando expressamente a regra prevista na legislação anterior de que o profissional já deveria integrar o quadro permanente da empresa na fase de habilitação.

Ainda que possam existir interessados que já possuam em seu quadro de funcionários profissionais devidamente registrados como responsáveis técnicos da empresa, é comum que para a participação em uma licitação os interessados busquem profissionais específicos fora do seu quadro de funcionários que formalize o compromisso de ser o responsável técnico pela execução do contrato, caso o interessado seja vencedor da licitação e assine o contrato.

Como não poderia ser diferente, por diversas vezes o Tribunal de Contas da União (TCU) já decidiu não haver necessidade de que os responsáveis técnicos do potencial serviço a ser prestado pertençam ao quadro permanente dos interessados, nem tampouco que tal exigência possa ser feita já na fase de habilitação:

“É irregular, para fins de habilitação técnico-profissional, a exigência de que o responsável técnico pela obra pertença ao quadro permanente de funcionários da licitante (artigos 3º, § 1º, inciso I, e 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993). Acórdão 1.084/2015-TCU-Plenário. A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste. Acórdão 1.446/2015 — TCU — Plenário. É ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista para a entrega das propostas, nos termos do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993.” Acórdão 3.014/2015-TCU-Plenário.

Recentemente, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCERJ) no processo de número TCE-RJ Nº 106.956-8/22 consolidou o mesmo entendimento e recomendando a pacificação de tal controvérsia. Com isto surgiu a SÚMULA 10 do Órgão em questão sanando qualquer impedimento e leitura restritiva do artigo que fora base para a rejeição cadastral e inabilitação da empresa.

Súmula 10 do TCERJ: “Não deve ser exigido vínculo empregatício preexistente entre o profissional e a empresa licitante para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional. O edital deve permitir qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para a execução

do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade.”

Nesse contexto, tanto a jurisprudência do Tribunal de Contas da União como os julgados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, passaram a dar, com base no princípio da ampla competitividade, interpretação mais extensiva ao art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93, passando-se a aceitar a comprovação da capacidade técnico-profissional por meio de contrato de prestação de serviços, estatuto ou contrato social, ou, ainda por mera declaração de disponibilidade para contratação futura.

Conclui-se assim, que é ilegítima a exigência de que para participação em uma licitação, o interessado, já na fase de habilitação, tenha que apresentar para compor sua equipe técnica, profissional já pertencente ao seu quadro de pessoal e com responsabilidade técnica registrada, bastando a promessa escrita e assinada pelo profissional de que se compromete a ser o futuro responsável técnico pela execução do contrato, no caso da empresa ser vencedora do certame.

Conforme decisão do Tribunal de Contas da União - TCU, “configura restrição ao caráter competitivo da licitação a exigência, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, da demonstração de vínculo empregatício, por meio de carteira de trabalho, do responsável técnico com a empresa licitante, sendo suficiente a comprovação da disponibilidade do profissional mediante contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil”.

Desta feita, em assentada mais recente, o Tribunal de Contas da União – TCU foi mais abrangente, posto que decidiu que não é necessário o contrato de prestação de serviços, mas apenas um declaração de contratação futura com a anuência do profissional, senão vejamos: “para comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), deve-se admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, cópia do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional”.

Portanto, a capacitação técnico-profissional poderá ser demonstrada, por exemplo, através dos seguintes documentos: a) carteira de trabalho; b) ficha de empregado; c) contrato de trabalho; d) vínculo societário; e) contrato de prestação de serviço; e f) declaração de contratação futura com anuência do profissional.

Observem que, se a redação do artigo acima transcrito for interpretada literalmente, tal como foi redigida, a conclusão a que se chega, de forma equivocada, obviamente, é a de que o profissional indicado para atuar como responsável técnico (RT) da empresa, no contrato a ser firmado com a Administração Pública, deve, necessariamente, integrar o quadro permanente de funcionários da empresa interessada na licitação, além de pertencer a esse quadro antes mesmo da assinatura do contrato.

Percebam que tal exigência não faz nenhum sentido, pois significaria dizer que, antes mesmo de conhecerem o resultado do certame, as empresas já precisariam contratar e pagar antecipadamente por um profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica, o que faria com que tivessem de antecipar todos os custos financeiros decorrentes de tal contratação.

Portanto, a realização antecipada de custos com a contratação de um responsável técnico configuraria prejuízo para aquelas empresas que não viessem a ser declaradas vencedoras do certame. Seria uma antecipação de gastos desnecessária.

E os prejuízos não parariam por aí. Na verdade, os resultados práticos da interpretação apenas literal do dispositivo acima mencionado não são prejudiciais apenas às licitantes. A própria Administração Pública também incorre em prejuízos quando faz esse tipo de restrição, pois passa a contar com um número menor de interessados nas licitações que realiza.

Diante dos potenciais prejuízos acima cogitados, é que o Tribunal de Contas da União – TCU já decidiu não haver necessidade de que os responsáveis técnicos pertençam ao quadro permanente das licitantes, nem tampouco que tal exigência possa ser feita já por ocasião da entrega das propostas.

No que toca ao enquadramento dos responsáveis técnicos no quadro permanente das respectivas licitantes, aquele Tribunal, por meio do Acórdão 1.084/2015-TCU-Plenário, decidiu conforme o enunciado abaixo transcrito:

Enunciado
É irregular, para fins de habilitação técnico-profissional, a exigência de que o responsável técnico pela obra pertença ao quadro permanente de funcionários da licitante (artigos 3º, § 1º, inciso I, e 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993).

Também, por meio do Acórdão 1.446/2015, o Plenário do TCU deixou claro que constitui irregularidade da Administração Pública impedir que outros documentos, além da carteira de trabalho, sejam apresentados pelas licitantes para comprovar o vínculo profissional.

Enunciado
A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

Em síntese, a Administração Pública, ao realizar uma licitação, deve permitir que as licitantes apresentem qualquer um dos seguintes comprovantes de vínculo profissional:

1. cópia da carteira de trabalho (CTPS) do responsável técnico;
2. contrato social da licitante, do qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade;
3. **contrato de prestação de serviço**; e
4. declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

Atentem para o fato de que o terceiro tipo de comprovante de vínculo profissional acima citado (contrato de prestação de serviço) pode ser apresentado já por ocasião da entrega das propostas, em substituição às três outras formas de comprovação de vínculo, isto porque se trata de termo de compromisso assinado, mediante o qual esse profissional se compromete a participar da execução contratual. Sendo assim, não há o porquê de se comprovar o vínculo profissional dentro do quadro técnico permanente como responsável anterior à assinatura do contrato.

Em reforço ao entendimento acima, o Tribunal fez publicar o Acórdão 2.282/2011-TCU-Plenário, cujo enunciado foi assim redigido:

Enunciado

É ilegal a exigência, para fins de pré-qualificação, que os profissionais detentores de atestado de responsabilidade técnica e/ou certidão de acervo técnico devem pertencer ao quadro permanente da licitante na data de entrega da documentação (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993).

Esse mesmo entendimento foi confirmado por meio do Acórdão 3.014/2015-TCU-Plenário, resumido nos seguintes termos:

Enunciado

É ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista para a entrega das propostas, nos termos do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993.

Portanto, o entendimento do Tribunal de Contas da União acerca do tema em análise é no sentido de que, em regra, a Administração Pública não pode exigir, a título de qualificação técnica, que a licitante possua em seu quadro permanente profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica, uma vez que outras formas de vínculo também devem ser aceitos, a exemplo de contrato social e de contrato de prestação de serviços.

E mais incorreto ainda é que tal exigência tenha de ser cumprida antes da assinatura do contrato, uma vez que o próprio TCU admite, entre outros tipos de comprovante a apresentação de termo de compromisso assinado pelo futuro responsável técnico, mediante o qual o profissional se compromete a participar da execução contratual.

Importante frisar que tal entendimento se aplica tanto nas modalidades de licitação onde a fase de qualificação ocorre antes do julgamento das propostas, a exemplo da concorrência e da tomada de preços, quanto naquelas onde a fase de qualificação ocorre após o julgamento das propostas, a exemplo do pregão. O que vale é que o vínculo profissional entre empresa e responsável técnico fique demonstrado no momento da contratação da licitante vencedora.

Antes de encerrar, vale lembrar que, caso necessitem, por algum motivo, fazer a substituição do responsável técnico ao longo da execução do contrato, tal substituição está condicionada à autorização prévia da Administração Pública contratante.

Uma vez lembrada essa condição, caberia fazer uma derradeira e importante observação antes de findar o presente recurso. Percebam que o fato de a substituição do

responsável técnico poder ser feita durante a execução do contrato revela uma verdadeira precariedade do vínculo profissional entre o responsável técnico e a contratada, já que esse vínculo não precisa vigorar até o encerramento do contrato firmado com a Administração Pública.

Se esse vínculo pode ser extinto após a assinatura do contrato, com a consequente substituição do responsável técnico, não há razão para se exigir que esse profissional já esteja definido e vinculado profissionalmente à licitante antes da assinatura do contrato público. É um verdadeiro contrassenso.

Em suma, se desejam participar de uma licitação, seja na forma de pregão, seja na forma de tomada de preços e de concorrência, não há a necessidade de comprovarem a existência de vínculo profissional entre sua empresa e o responsável técnico, dentro do quadro permanente, antes da assinatura do contrato com a Administração Pública e, muito menos, atestarem que tal vínculo resulta de contrato de emprego, bastando a promessa escrita e assinada por aquele que se compromete a ser o futuro responsável técnico pela execução do contrato e que estabelecerá, futuramente, com a empresa, uma das seguintes formas de vínculo: a) contrato de prestação de serviços; b) contrato social; ou c) relação de emprego (quadro permanente).

Devemos ter em mente que o processo administrativo, em especial o licitatório, não representa um fim em si mesmo, mas um meio para o atendimento das necessidades públicas. Neste sentido, o professor Adilson Dallari esclarece que:

“a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

Sobre o tema, José dos Santos Carvalho Filho leciona que não se desconhece que no direito público é fundamental o princípio da solenidade dos atos, mas as formas têm que ser vistas como meio para alcançar determinado fim. Portanto, insistimos em que se tem por criticável qualquer exagero formal por parte do administrador. Se a forma simples é bastante para resguardar os direitos do interessado, não há nenhuma razão de torná-la complexa.

A orientação do TCU, no curso de procedimentos licitatórios é que a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. **(Acórdão 357/2015-Plenário. Relator: Bruno Dantas. Data do julgamento: 04/03/2015).**

Acolhendo essa visão mais moderada acerca do formalismo, a Lei Federal nº 8.666/93 prevê a possibilidade de a comissão de licitação (ou autoridade superior) promover diligências que se destinem a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedando a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Conforme se extrai da redação dispositivo:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: (...) §3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a

complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

A esse propósito, empresta-se das palavras do ilustre administrativista Marçal Justen Filho que, tecendo comentários sobre o art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, discorre sobre o tema nos seguintes termos:

As diligências e esclarecimentos consistem em atividades desenvolvidas diretamente pela autoridade julgadora, destinadas a eliminar imprecisões e confirmar dados contidos na documentação apresentada pelo licitante. Envolvem na prática de ato administrativo, consistente em verificação de situação fática, requerimento de informações perante outras autoridades públicas, confirmação da veracidade de documentos e assim por diante. A diligência é uma providência para confirmar o atendimento pelo licitante de requisitos exigidos pela lei ou pelo edital, seja no tocante a habilitação, seja quanto ao próprio conteúdo da proposta.

A nova lei de licitações (Lei. 14.133/2021) consagrou expressamente o formalismo moderado ao prever, no inciso II, do art. 12, que o desatendimento de exigências meramente formais, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo. Vejamos:

**Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte: (...)
III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;**

Neste caso, em um possível conflito de princípios, a opção do legislador foi o de privilegiar o formalismo moderado - e o princípio da vantajosidade - em detrimento do princípio da segurança jurídica.

No caso da licitação, a exigência de formalismo deve ser sopesada diante das características do caso concreto, em virtude dos princípios da igualdade e da competitividade, para que a Administração consiga alcançar o objetivo de seleção da proposta mais vantajosa. Aliás, na mesma linha do sobredito art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21 contempla a possibilidade de complementação de informações e atualização de documentos, bem como autoriza que, durante a análise dos documentos de habilitação, a

comissão de licitação saneie ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, evidenciando uma vontade legislativa de prezar pela verdade material ao rigorismo formal. Vejamos:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. § 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. § 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo

em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

O Tribunal de Contas da União tem asseverado, nas decisões que versam sobre desclassificação e inabilitação de empresas em processos administrativos, que devem prevalecer os princípios da ampliação da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa em detrimento do formalismo, quando se verificar falha formal, que poderia ser sanada mediante diligência, considerando irregular a desclassificação de licitante.

DO PEDIDO:

Desde já, estejam cientes que caso não revejam a decisão em que inabilitaram a empresa, apresentaremos representação junto ao Ministério Público Estadual MPERJ e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para a devida apreciação deste processo. Onde a todo momento demonstramos nosso direito líquido e certo no cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo licitatório.

Diante do exposto, requer:

- 1 – Seja recebido o presente recurso;
- 2 – Seja revista a decisão que inabilitou a empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA pelo fato da mesma ter atendido todo o solicitado no edital;
- 3 – Que seja declarada como habilitada no certame;
- 4 – Que sendo necessário, promovam diligências à empresa para esclarecer qualquer dúvida que restar.

Isto posto, com base na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, solicitamos deferimento e caso não seja o presente recurso deferido, solicitamos o encaminhamento do mesmo à autoridade superior por intermédio da autoridade que praticou o ato, conforme o inciso III § 4º do art. 109 da Lei 8.666/93, podendo ainda a procurar apoio junto ao sistema judiciário conforme inciso LXIX do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Pollyana Moreira Dias
Socia - Administradora
RG 1565703-5
CPF sob nº 010.700.161-60

RECURSO - Concorrência nº 01/2023

3 mensagens

Secretaria de Administração <admlicitriopreto@gmail.com> 22 de dezembro de 2023 às 17:19
Para: daniel.techsteelengenharia@gmail.com, Carlos Antonio Miranda Pacheco <c.pacheco.constru@gmail.com>, CMICARIO@yahoo.com.br, construcon.obras@gmail.com, forteferragens21@gmail.com, forteferagens21@gmail.com

OBRIGATÓRIO DAR RECEBIMENTO NESTE E-MAIL

Prezados Senhores, boa tarde!!

Segue em anexo o recurso interposto pela empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA , de acordo com a ATA DE SESSÃO PÚBLICA realizada dia 14 de dezembro, referente ao processo licitatório nº 12350/2023, Concorrência nº 01/2023, para que possa apresentar suas contrarrazões no prazo de 05(cinco) dias úteis, conforme art. 109, § 2º da Lei nº 8.666/93.

O processo encontra-se com vista franqueada aos interessados nesta Secretaria de Administração.

A disposição para esclarecimentos,

Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto - RJ
Secretaria de Administração
Telefone: (024) 2224 1552
E-mail Licitações: admlicitriopreto@gmail.com

RECURSO VETORIAL - SÃO JosÃ© (1).pdf
356K

Mail Delivery Subsystem <mailer-daemon@googlemail.com> 22 de dezembro de 2023 às 17:21
Para: admlicitriopreto@gmail.com



Endereço não encontrado

Sua mensagem não foi entregue a forteferagens21@gmail.com porque o endereço não foi encontrado ou não pode receber mensagens.

SAIBA MAIS

A resposta foi:

550 5.1.1 The email account that you tried to reach does not exist. Please try double-checking the recipient's email address for typos or unnecessary spaces. For more information, go to https://support.google.com/mail/?p=NoSuchUser e23-20020a170906749700b00a26a9f32d97sor258780ejl.4 - gsmtip

Final-Recipient: rfc822; forteferagens21@gmail.com
Action: failed
Status: 5.1.1
Diagnostic-Code: smtp; 550-5.1.1 The email account that you tried to reach does not exist. Please try 550-5.1.1 double-checking the recipient's email address for typos or 550-5.1.1 unnecessary spaces. For more information, go to 550 5.1.1 https://support.google.com/mail/?p=NoSuchUser e23-20020a170906749700b00a26a9f32d97sor258780ejl.4 - gsmtip
Last-Attempt-Date: Fri, 22 Dec 2023 12:21:55 -0800 (PST)

----- Mensagem encaminhada -----
From: "Secretaria de Administração" <admlicitriopreto@gmail.com>
To: daniel.techsteelengenharia@gmail.com, Carlos Antonio Miranda Pacheco <c.pacheco.constru@gmail.com>, CMICARIO@yahoo.com.br, construcon.obras@gmail.com, forteferragens21@gmail.com, forteferagens21@gmail.com
Cc:
Bcc:
Date: Fri, 22 Dec 2023 17:19:53 -0300
Subject: RECURSO - Concorrência nº 01/2023
----- Message truncated -----

Carlos A. Miranda P. <c.pacheco.constru@gmail.com> 22 de dezembro de 2023 às 21:41
Para: Secretaria de Administração <admlicitriopreto@gmail.com>

Recebido
[Texto das mensagens anteriores oculto]

**De: Setor de Protocolo**

Enviado por: ÉRICA GLIZENTE LARA (erica.lara)

Para: Divisão de Licitação**Data: 15 de janeiro de 2024 às 12:48**

Tramitado

Informo que não existe nenhum processo protocolado em nome da citada empresa, retorne a Divisão de Licitação para tramites.



Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria de Administração -Setor de Protocolo-

Érica Glizente Lara

Técnica Administrativa
Matrícula 3450



De: Divisão de Licitação

Enviado por: RÉGIS SILVEIRA DA SILVA (regis.silva)

Para: Setor Técnico

Data: 15 de janeiro de 2024 às 14:28

Informo que não foi recebido, via e-mail, contrarrazões das empresas participantes, motivo o qual o julgamento seguirá somente com o recurso apresentado. Vá ao setor Técnico para análise e parecer do Recurso apresentado pela empresa Vetorial Serviços Técnicos Ltda presente no despacho #1.



Régis Silveira da Silva

Chefe da Divisão de Licitação

Matrícula: 3266

☎ (24) 2224-1552

✉ admlicitriopreto@gmail.com

**Prefeitura Municipal de
São José do Vale do Rio Preto**

Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro





De: Setor Técnico

Enviado por: ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES (andre.goncalves)

Para: Divisão de Licitação

Data: 17 de janeiro de 2024 às 11:20

Anexei parecer técnico do recurso apresentado pela empresa solicitante.

Retorne a Divisão de Licitação.

Att.

André da Silva Gonçalves

Diretor Técnico

Mat.: 4.133

Secretaria de Planejamento e Gestão

Anexo(s)

PARECER 002-2024 - RECURSO CIEP.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PARECER TÉCNICO ST-SMPG 002/2024

Processo nº 584/2024

Em, 17 de janeiro de 2024.

1 - INTRODUÇÃO

Considerando processo administrativo nº 584/2024, onde a empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA vem exarar recursos proveniente ao Edital da concorrência pública nº 001/2023 referente a Reforma e Construção da Nova Escola em Camboatá (CIEP), neste Município, Concorrência realizada pelo processo nº 12.350/2023 no dia 13 de dezembro de 2023, onde realizada nas dependências da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto – RJ a fase de entrega de propostas, assinaturas e atividades preliminares.

Após a entrega dos envelopes contendo documentos de habilitação e propostas, a licitação foi paralisada para realização de diligência com data para retorno no dia 14 de dezembro de 2023.

2 – DOS FATOS

Após o fim da diligencia foram inabilitadas as empresas CONSTRUTORA MICA RIO LTDA e VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA e habitadas as empresas C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELLI, CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA, FORTE FERRAGENS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e TEECHSTEEL LTDA. Em especial, conforme o processo administrativo mencionado no primeiro parágrafo, a empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA em seu direito solicitou recurso com proposito de reversão de sua inabilitação proferida no certame.

A VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA foi inabilitada no certame devido a não conformidade aos itens 4.1.1.1.10.2 e 4.1.1.1.10.4.1 do Edital, que mencionam:

- **4.1.1.1.10.2** - *A licitante deverá comprovar a execução dos serviços de maior relevância, que poderá constar de atestados diversos, desde que o(s) item(ns) a seguir esteja(m) integralmente comprovado(s);*
- **4.1.1.1.10.4** - *Capacitação técnico-profissional: A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, em nome de profissional (is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente (Engenheiro Civil ou Arquiteto), que tenha vínculo profissional formal com a licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para entrega da proposta e que conste na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável técnico da licitante.*





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Tal (ais) atestado (s), devidamente registrado (s) no CREA ou CAU, deverá (ão) ter sido emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, e estar acompanhado (s) da (s) respectiva (s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT).

A empresa comprova pelo item empregatício pelo item 4.1.1.1.10.4.1 que solicita vínculo formal do profissional via contrato social e entre outros, entretanto, quando se trata de *“vínculo profissional formal com a licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para entrega da proposta e que conste na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável técnico da licitante.”*, a mesma foi inabilitada pelo fato que a Eng(a) Sonia Ribeiro de Jesus não está no quadro da empresa **na data da entrega das propostas**. Portanto, os atestados de capacidade técnica (CAT) não foram analisados pelo descumprimento do Edital.

3 – DA ANALISE DO RECURSO

Em análise ao recurso apresentado pela empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, a mesma aponta ilegalidade quanto a necessidade previa de a licitante necessitar ter em seu quadro técnico vinculado o responsável técnico engenheiro(a) ou arquiteto(a), devidamente registrado anterior a assinatura do contrato, podendo causar prejuízo a empresa que concorre ao certame.

A mesma empresa menciona acórdão do TCU, onde o Tribunal de Contas da União em seu Acórdão 1.084/2015 permite a comprovação de vínculo profissional do responsável técnico com a licitante prevista no Art. 30 da Lei 8.666/1993. Informo que este não foi o motivo da inabilitação da empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.

Na mesma menção de Acórdão do TCU que a empresa justifica sua habilitação é também um trecho presente no edital deste certame, o Acórdão 3.014/2015 onde menciona *“É ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista das propostas, nos termos do Art. 30, §1º, Inciso I. da Lei 8.666/1993”*, a Lei que rege este certame. Como esclarece o texto, o pedido de que o responsável técnico profissional de engenharia ou de arquitetura é de extrema importância que o mesmo esteja no quadro técnico da empresa **na data prevista das propostas**, o mesmo não foi exigido em momento anterior a data prevista das propostas, não ferindo a Lei que rege a licitação e tão pouco os Acórdão do Tribunal de Contas.

4 – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto no recurso da empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA para revisão quanto as decisões proferidas no dia 14 de dezembro de 2023, este Setor tem por fim informar que permanece prognóstico embasado ao fim das diligências. O Setor entende que não houve novo entendimento do Tribunal de Contas, em relação ao Art. 30, §1º, Lei 8.666/93 é





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

a data entrega as propostas, e a requerente deste recurso não comprovou no devido tempo. Desta forma, opino pelo prosseguimento do Certame Licitatório.



André da Silva Gonçalves

Diretor Técnico





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

497F95F31F5841C6A1601C05A8382B30

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/497F95F31F5841C6A1601C05A8382B30>

**De: Divisão de Licitação**

Enviado por: RÉGIS SILVEIRA DA SILVA (regis.silva)

Para: Procuradoria Geral do Município,**Data: 22 de janeiro de 2024 às 14:39**

O presente recurso refere-se à Concorrência nº 01/2023, não houve contrarrazões apresentadas. Vá à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer do recurso e parecer técnico

**Régis Silveira da Silva**

Chefe da Divisão de Licitação

Matrícula: 3266

☎ (24) 2224-1552

✉ admlicitriopreto@gmail.com

**Prefeitura Municipal de
São José do Vale do Rio Preto**

Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro





De: Procuradoria Geral do Município;

Enviado por: ALEXANDRE QUINTELLA GAMA (alexandre.gama)

Para: Divisão de Licitação

Data: 22 de janeiro de 2024 às 16:16

Considerando o recurso interposto pela empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. referente ao não cumprimento do item 4.1.1.1.10.2 e 4.1.1.10.4.1 do edital e a inexistência de contrarrazões dos demais participantes, conforme se verifica no evento #6, bem como o parecer técnico constante no evento #4, em especial a situação de que a inabilitação da recorrente ocorreu pelo fato de que a responsável técnica não constava do quadro na data de entrega das propostas, nos termos previstos no §1º do artigo 30 da Lei nº 8.666/93.

Considerando que se trata de não atendimento de item técnico constante da Lei e do edital do certame, condição *sine qua non* para a habilitação de interessados em participar da licitação, não há como acolher a pretensão recursal, razão pela qual opino pela INABILITAÇÃO da empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., ora recorrente.

Encaminho à Divisão de Licitação para deliberação.

ALEXANDRE QUINTELLA GAMA

Procurador Geral do Município

OAB/RJ 98.018



De: Divisão de Licitação

Enviado por: RÉGIS SILVEIRA DA SILVA (regis.silva)

Para: Oficial de Gabinete

Data: 23 de janeiro de 2024 às 14:21

O recurso em tela refere-se ao processo licitatório nº 12350/2023, Concorrência nº 01/2023, cujo objeto é a **REFORMA E CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA EM CAMBOATÁ (CIEP), NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.**

Constam parecer técnico e parecer da Procuradoria Geral do Município.

Anexei parecer opinativo da Comissão Permanente de Licitação.

Ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito para deliberação.



Régis Silveira da Silva

Chefe da Divisão de Licitação

Matrícula: 3266

☎ (24) 2224-1552

✉ admlicitriopreto@gmail.com

**Prefeitura Municipal de
São José do Vale do Rio Preto**

Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro



Anexo(s)

RESPOSTA RECURSO CONCORRENCIA Nº 001-2023 - CIEP.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo nº 0584/2024 (Flowdocs)

EMPRESA: Recurso: Vetorial Serviços Técnicos LTDA;
Contrarrazão: Não houve.

Processo Licitatório: 12350/2023

Referente à:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023

DATA DA ABERTURA: 13 de dezembro de 2023

HORÁRIO: 10:00

DO OBJETO:

REFORMA E CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA EM CAMBOATÁ (CIEP), NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I – Orçamento, II – Memória de Cálculo, III – Cronograma, IV – BDI, V - Caderno de Encargos, VI – Projeto básico – arquitetura I, VII – Projeto básico – arquitetura II, VIII – Projeto básico – demolir e a construir, IX – Projeto básico – fachada e cortes, X - Projeto levantamento planialtimétrico, XI Projeto levantamento planialtimétrico e implantação, XII – Projeto de implantação I, XIII – Projeto de implantação II, XIV – planta de terreno, XV - Laudo de sondagem, XVI – Parecer técnico, XVII – ART, XVIII - Minuta de Contrato, XIX - Metodologia para cálculo de garantia adicional, XX - Declaração de Idôneo, XXI - Declaração de Conformidade com o Edital e seus Anexos, XXII – Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições, XXIII – Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e XXIV – Carta de Preposição, que são parte integrante do presente edital.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Concorrência do tipo menor preço global, com subcontratação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso II da Lei Complementar n.º 123/2006 com redação dada pela LC n.º 147/2014, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 26/10/2023, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 27/10/2023, Diário Oficial da União em 27/10/2023, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **Vetorial Serviços Técnicos LTDA**, em 22 de dezembro de 2023.

Para os prazos do julgamento do presente processo foi considerado o Art. 109, I, da Lei nº 8.666/1993.

DO INICIAL:

O Presidente substituto e Comissão de Licitação deste Município, instituída pela Portaria nº 28/2023, referente a Concorrência nº 001/2023, julga e responde o recurso interposto pelo empresa **Vetorial Serviços Técnicos LTDA**, insatisfeita com a decisão da Comissão em 14/12/2023, após a continuidade do certame licitatório inicializado em 13/12/2023 às 10 horas.

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos".

Conforme Ata de Sessão Pública da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto em anexo, o procedimento licitatório foi realizado no dia e horário informado acima, tendo presentes a Presidente da Comissão, Sra. **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**, e os membros RÉGIS SILVEIRA DA SILVA, ANA PAULA MAGRANI DA CUNHA, RAYANE DE SOUZA STOLTZEMBURG (Diretora de Contabilidade), RODRIGO GAMA, RÚBIA ESTEVES MACHADO BRAGA, EVERTON FERREIRA MACHADO e ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES (Diretor do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento) e o funcionário TALLIS PEREIRA ZIMBRÃO (engenheiro Civil). Compareceram ao certame as empresas: **C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI, CONSTRUTORA MICA RIO LTDA, CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA, FORTE FERRAGENS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA e TECHSTEEL LTDA.**

DO RECURSO APRESENTADO:

Empresa: **Vetorial Serviços Técnicos LTDA**

Sendo assim, em breve síntese, a empresa recorrente discorda da decisão da Comissão, quanto a sua inabilitação, manifestando Seu direito de recorrer com base nas *"razões a serem expostas durante prazo recursal."*

No recurso interposto, a empresa Vetorial Serviços Técnicos LTDA, informa que após *"análise dos documentos pelo representante do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão o qual declarou a inabilitação na qualificação técnica. Alegou, o mesmo, que não foram apresentados os atestados de capacidade técnica dos profissionais responsáveis técnicos vinculado ao quadro da empresa junto ao órgão da classe (CREA) e que não apresentamos comprovação de vínculo profissional formal dos representantes técnicos. Baseando-se nos itens 4.1.1.1.10.2 e 4.1.1.1.10.4.1 do edital."* a mesma esclarece que *"sobre a Sônia havia contrato de prestação de serviços junto à empresa assinado e com firmas reconhecidas. Contrato este autenticado durante o certame pela comissão e, com isso, já demonstrado o vínculo formal. Já os técnicos do quadro estavam em certidão do CREA contante no envelope A. Por isto, por si só, não haveria justificativas para a inabilitação do certame."* E considerando declaração de outra empresa concorrente (Construtora Mica Rio LTDA) a respeito de apresentação de atestados não averbados no CREA pela empresa Vetorial a mesma aproveita para *"reforçar que os atestados profissionais da Sônia são eletrônicos e sim, estão averbados."* Continua a empresa alegando que *"Da interpretação literal do referido dispositivo, pode se chegar ao entendimento equivocado de que já na fase de habilitação, onde não há qualquer confirmação da contratação, o interessado já tenha que possuir profissional vinculado ao seu quadro de funcionários e que inclusive já esteja vinculado à empresa como responsável técnico perante conselho profissional, para que possa incluí-lo como integrante da equipe técnica indicada para a potencial prestação do serviço."* *"Tal interpretação, no entanto, é manifestamente equivocada, pois significaria dizer que, antes mesmo de ser divulgado o resultado da licitação, os interessados já precisariam contratar e pagar antecipadamente por um profissional, além de providenciar a inclusão de tal profissional como*



responsável técnico perante o conselho profissional, antecipando todos os custos financeiros decorrentes da potencial contratação, sem qualquer garantia da efetiva contratação.” Alega ainda que o edital “traz confusão quanto à obrigatoriedade de que o profissional já possua vínculo com a mesma antes da assinatura do contrato” e traz como fundamento o artigo 67, inciso I da nova lei de licitações (14.133/2021) e informa que a referida lei retira “expressamente a regra prevista na legislação anterior de que o profissional já deveria integrar o quadro permanente da empresa na fase de habilitação.” Apresenta também os Acórdãos 1.084/2015, 1.446/2015, 3.014/2015 e 2.282/2011 do Tribunal de Contas da União (TCU) e súmula 10 do TCE-RJ alegando que ambas “passaram a dar, com base no princípio da ampla competitividade, interpretação mais extensiva ao art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93, passando-se a aceitar a comprovação da capacidade técnico-profissional por meio de contrato de prestação de serviços, estatuto ou contrato social, ou, ainda por mera declaração de disponibilidade para contratação futura.” Alega a empresa, assim, que basta “a promessa escrita e assinada pelo profissional de que se compromete a ser o futuro responsável técnico pela execução do contrato, no caso da empresa ser vencedora do certame.” Sendo comprovada através dos seguintes documentos: “a) carteira de trabalho; b) ficha de empregado; c) contrato de trabalho; d) vínculo societário; e) contrato de prestação de serviço; e f) declaração de contratação futura com anuência do profissional.” Aborda também sobre prejuízos às empresas quanto à contratação de responsável técnico sem que viessem a serem declaradas vencedoras do certame e prejuízo também à Administração Pública por contar com um “número menor de interessados nas licitações”. Argumenta ainda que a comprovação através de contrato de prestação de serviço “pode ser apresentado já por ocasião da entrega das propostas” em substituição às demais formas de comprovação devido tratar-se de “compromisso assinado, mediante o qual esse profissional se compromete a participar da execução contratual”. Informa o entendimento do TCU acerca do tema e que “outras formas de vínculo também devem ser aceitos, a exemplo de contrato social e de contrato de prestação de serviços.” Relembra que a Administração Pública pode autorizar a substituição do responsável técnico ao longo da execução do contrato destacando, que “esse vínculo não precisa vigorar até o encerramento do contrato firmado com a Administração Pública.” Apresentando orientação do TCU quanto ao princípio do formalismo moderado pela Administração Pública, se baseando tanto na lei 8.666/1993 quanto na lei 14.133/2021. Finaliza fazendo seus pedidos:

- 1) Seja recebido o presente recurso;
- 2) Seja revista a decisão que inabilitou a empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA pelo fato da mesma ter atendido todo o solicitado no edital;
- 3) Que seja declarada como habilitada no certame;
- 4) Que sendo necessário, promovam diligências à empresa para esclarecer qualquer dúvida que restar.

DO CONTRARRRECURSO APRESENTADO

Não fora apresentado contrarrazão ao recurso interposto.

DO JULGAMENTO:

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação da Comissão, foi enviado ao Setor Técnico, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu pela parte técnica quanto aos itens 4.1.1.1.10.2 e 4.1.1.1.10.4.1. os quais seguem:

(...)

4.1.1.1.10.2 A licitante deverá comprovar a execução dos serviços de maior relevância, que poderá constar de atestados diversos, desde que o(s) item(ns) a seguir esteja(m) integralmente comprovado(s):

- Itens referentes à estrutura de concreto armado;
- Itens referentes à execução de instalações elétricas, instalações hidráulicas, instalações sanitárias e instalações de incêndio e SPDA;
- Itens referentes à trabalho com andaimes;
- Itens referentes à execução de cobertura metálica;

(...)

4.1.1.1.10.4.1 A comprovação de vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I. No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;

II. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro do Comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;

III. No caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviços e ART/RRT, de cargo ou função, como responsável técnico da empresa licitante.

OBS.: (Os documentos acima deverão ser apresentados com firma reconhecida em cartório competente).

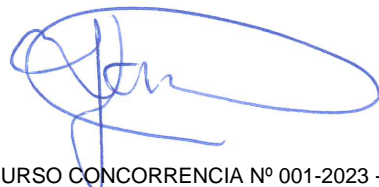
(...)

O Senhor Diretor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão destaca que o "(...) vínculo profissional formal com a licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para entrega da proposta e que conste na Certidão de Registro do CREA ou CAU como responsável técnico da licitante (...)" conforme item 4.1.1.1.10.4 do edital não foi cumprido, sendo que a inabilitação deu-se pela Engenharia "Sonia Ribeiro de Jesus não está no quadro da empresa na data da entrega das propostas." Continua informando que, embora a empresa recorrente mencione acórdão (1.084/2015) do TCU quanto a comprovação de vínculo profissional do responsável técnico com a licitante prevista no art. 30 da lei 8.666/1993 não foi este o motivo de inabilitação da empresa. Menciona o acórdão 3.014/2015 que diz "é ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista das propostas, nos termos do art. 30, §1º, inciso I da lei 8.666/1993" esclarecendo que o pedido é que o "responsável técnico (...) esteja no quadro técnico da empresa na data prevista das propostas, o mesmo não foi exigido em momento anterior a data prevista das propostas, não ferindo a lei que rege a licitação e tão pouco os Acórdão do Tribunal de Contas." Finaliza entendendo que não houve novo entendimento do Tribunal de Contas, em relação ao art. 30, §1º da lei 8.666/1993 quanto a data de entrega das propostas e que a recorrente não comprovou (o vínculo) no devido tempo. Opinando pelo prosseguimento do certame licitatório.

A Procuradoria Geral do Município se manifesta em seu parecer dizendo "Considerando o recurso interposto pela empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. referente ao não cumprimento do item 4.1.1.1.10.2 e 4.1.1.10.4.1 do edital e a inexistência de contrarrazões dos demais participantes, conforme se verifica no evento #6, bem como o parecer técnico constante no evento #4, em especial a situação de que a inabilitação da recorrente ocorreu pelo fato de que a responsável técnica não constava do quadro na data de entrega das propostas, nos termos previstos no §1º do artigo 30 da Lei nº 8.666/93. Considerando que se trata de não atendimento de item técnico constante da Lei e do edital do certame, condição *sine qua non* para a habilitação de interessados em participar da licitação, não há como acolher a pretensão recursal, razão pela qual opino pela INABILITAÇÃO da empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., ora recorrente. Encaminho à Divisão de Licitação para deliberação."

Importante ressaltar que o presente certame está baseado na lei 8.666/1993 e o recurso dispõe de alguns elementos baseados na lei 14.133/2021 e que é vedado a aplicação combinada das leis.

Por todo o exposto essa Comissão opina:




Tendo em vista o RECURSO apresentado pela empresa Vetorial Serviços Técnicos LTDA;
Tendo em vista o entendimento do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão e parecer da Procuradoria Geral do Município, bem como, pelas razões acima expostas, essa Comissão opina pelo indeferimento do recurso apresentado.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, essa Comissão, em conjunto com o entendimento do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão e parecer da Procuradoria Geral do Município, opina em indeferir o recurso apresentado pela empresa, permanecendo inabilitada a empresa **Vetorial Serviços Técnicos LTDA**, enviando o presente processo para autoridade superior, o Exmo. Senhor Prefeito, para deliberação. Após que seja dado ciência desta decisão a Requerente, bem como, as demais empresas e que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sivriopreto.rj.gov.br/licitacao>. Por fim, que a Comissão de Contratação se reúna quanto ao prosseguimento do processo licitatório.

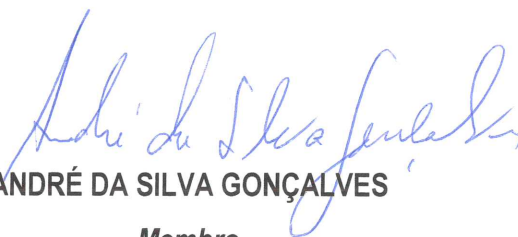
São José do Vale do Rio Preto, 23 de janeiro de 2023



RÉGIS SILVEIRA DA SILVA
Presidente Substituto da CPL



RUBIA ESTEVES MACHADO BRAGA
Membro



ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES
Membro



RODRIGO GAMA
Membro



De: Oficial de Gabinete

Enviado por: VALÉRIA MAIA DA SILVA (valeria.silva)

Para: GILBERTO MARTINS ESTEVES

Data: 23 de janeiro de 2024 às 15:27

Encaminhe-se para possível Autorização, tendo em vista os Pareceres da CPL e da PGM favoráveis a inabilitação da empresa, *considerando improcedente o recurso apresentado.*



De: GILBERTO MARTINS ESTEVES

Para: Oficial de Gabinete

Data: 23 de janeiro de 2024 às 15:28

deferido a decisão da cpl

**De: Oficial de Gabinete**

Enviado por: VALÉRIA MAIA DA SILVA (valeria.silva)

Para: Divisão de Licitação**Data: 23 de janeiro de 2024 às 15:36** Deferido

Deferido pelo Exmo. Sr. Prefeito, retorne à Divisão de Licitação para providências.

Valéria Maia da Silva - DCP - Mat. 0348

**De: Divisão de Licitação**

Enviado por: RÉGIS SILVEIRA DA SILVA (regis.silva)

Para: Divisão de Licitação**Data: 24 de janeiro de 2024 às 11:40**

Faço constar que a resposta ao recurso foi publicada no Diário Oficial Municipal, portal da transparência e site oficial da prefeitura, bem como, encaminhada via e-mail às empresas participantes. Informo ainda que este processo será divulgado na íntegra no portal da transparência.

**Régis Silveira da Silva**

Chefe da Divisão de Licitação

Matrícula: 3266

☎ (24) 2224-1552

✉ admlicitriopreto@gmail.com

**Prefeitura Municipal de
São José do Vale do Rio Preto**

Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro

